

SINAL-SP INFORMA

São Paulo, 30 de janeiro de 2015 - nº 3

NESTA EDIÇÃO

- *Campanha Salarial - dada a largada!*
- *Dia Nacional de Luta*
- *Saiu na imprensa*
- *Rede conveniada de descontos*

CAMPANHA SALARIAL - PRIMEIRO PASSO!

A assembleia em São Paulo, realizada na terça-feira, 27/1, para tratar da Campanha Salarial e outros assuntos, contou com a assinatura de 92 servidores na lista de presença.

Aparecido Sales, presidente do SINAL-SP, na condução dos trabalhos, iniciou com a leitura do edital de convocação.

Campanha Salarial

Nesta primeira assembleia do Sinal, focada na Campanha Salarial Unificada 2015, Sales conclamou os servidores a enfrentarem com força e garra as dificuldades que o atual cenário econômico apresenta. A pressão das centrais sindicais às medidas provisórias, por exemplo, demonstra que há espaço para negociação com o governo, conforme notícia abaixo (SAIU NA IMPRENSA).

O ano de 2015 promete muita mobilização. Neste mês de janeiro, as entidades sindicais dos servidores públicos federais já caminham para a realização, no dia 31/1, do terceiro encontro do Fórum das Entidades de Servidores Públicos, quando definirão a pauta comum de reivindicações da Campanha Salarial a ser apresentada ao governo, incluindo a concessão de reajuste salarial a vigorar, a princípio, em 1º de janeiro de 2016.

Apresentado o banner do corrossômetro atualizado, Eduardo Stalin, diretor de Estudos Técnicos, que ora substitui Daro Piffer na presidência nacional, discorreu sobre os cálculos que apontam uma defasagem salarial de 25,2%, no período de jul/2008 a jan/2015.

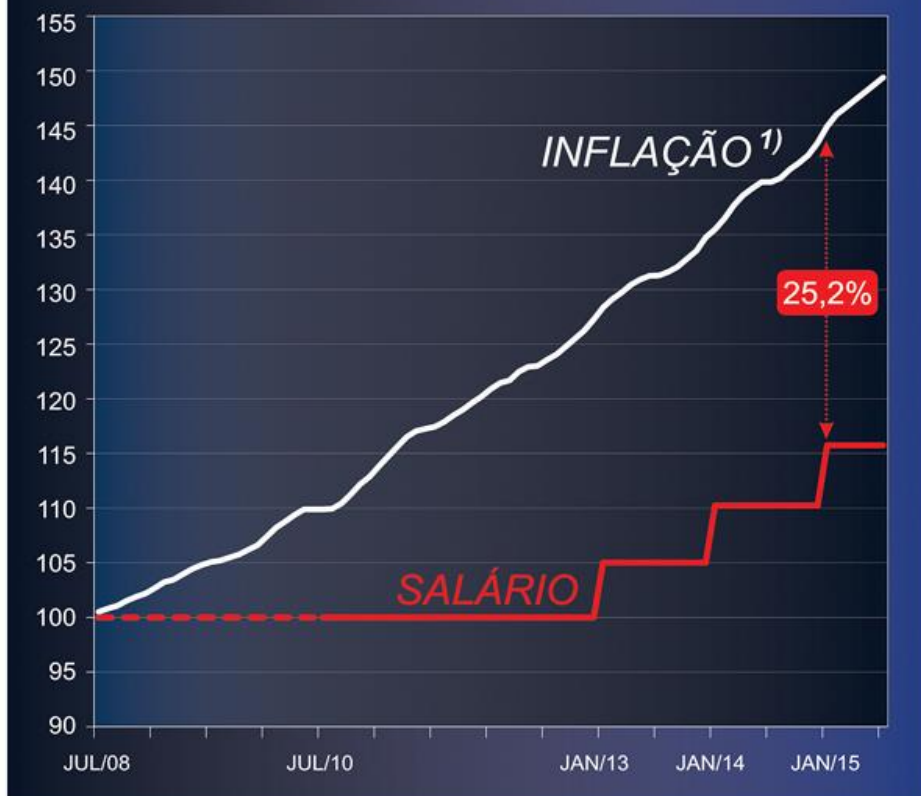
Praticamente todas as carreiras de Estado sofrem essa defasagem, exceto os ministros do STF porque, além dos 15,8% (5+5+5), conseguiram, recentemente, um reajuste de 9,1%, índice este próximo à defasagem mensurada apenas no 1º governo Dilma

(9,7%), como apontado no corrossômetro.

Para recuperar, a partir de janeiro/2016, o poder de compra de julho/2008, o subsídio dos servidores do BCB deveria ser, então, reajustado em cerca de 40%, índice suficiente para cobrir a defasagem de 25,2%, constatada até o momento, a inflação estimada para o ano de 2015 (6,6%, segundo Focus - relatório de Mercado, de 9/1/2015) e para o 1º semestre de 2016 (2,8%, pela citada publicação), além de incluir um ganho real de 2%.

O Sinal, conjuntamente com a Condsef - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e a Fasubra - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, representando as demais entidades, irão se reunir de 28 a 30 deste mês, com a participação do DIEESE, para definir o patamar de reajuste, a ser referendado pelo Fórum, que será apresentado ao governo nas negociações conjuntas*.

CORROSÔMETRO



1) IPC-A (IBGE) acumulado, real até dezembro/2014 e estimado em 6,6% para o ano de 2015.

1º GOVERNO DILMA (jan/11 a dez/14)

Varição IPC-A	27,0%
Varição Salário	15,8%
Defasagem	9,7%

janeiro/2015

Iso Sendacz, diretor de Relações Intersindiciais, em atenção a questionamento de participante, fez um histórico do movimento conjunto das entidades sindicais, hoje concentrado no Fórum, para demonstrar o quanto é importante essa união com vistas a se obter sucesso nas negociações.

Nova assembleia deverá ser convocada para apreciar as propostas do Fórum e tomar as decisões para a conquista do merecido reajuste.

Eleições do Sinal

Na primeira quinzena de fevereiro, deverá ser publicado o edital de convocação que declara aberto o processo eleitoral do sindicato para o biênio 2015/2017. Fica desde já o convite, formulou Sales, para os interessados em ajudar o Sinal formarem chapas ou se juntarem para concorrer às eleições, na primeira quinzena de abril.

Fortalecimento do serviço público

Como alertou um participante, além das questões salariais, deve-se acrescentar, na pauta conjunta de reivindicações, o fortalecimento do serviço público federal. Sales observou, a propósito, que a precarização do serviço prestado à população já existe nos órgãos federais, inclusive no âmbito do Banco Central do Brasil. Como ocorrido em 2014 (e também no final do ano de 2013), o BCB deverá sofrer novo contingenciamento de despesas, agora em torno de 35%, como dizem, tão logo aprovado o orçamento da União para 2015. Os cortes orçamentários no custeio do dia-a-dia dos órgãos fragilizam o serviço e, em consequência, o apoio da sociedade ao pleito dos servidores.

Feriado de 25 de janeiro

Neste ano, o feriado não aconteceu em dia útil, mas, em 2016, será numa segunda-feira. Atento ao problema, o sindicato busca uma solução para que se considere essa data, aniversário da cidade de São Paulo, como feriado religioso. Para tanto, além de conversas com parlamentares e representantes de entidades sindicais, o Sinal-SP preparou [memorial](#) a respeito para ser apresentado a vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, ao qual, oportunamente, deverá ser incluída minuta de projeto de lei, como sugerido por participante da assembleia.

Acordo dos 28,86%

A caixinha de maldades do BCB contra os servidores continua. Não obstante todo o esforço das entidades na busca por um possível acordo para resolver a questão (ver Apito Brasil [nº 3](#), de 22/1/15), foi inventado novo empecilho: sugeriu-se que os diretores do Órgão, participantes da ação, abram mão do acordo! O que se quer do banco é que **deixe de procrastinar** e apresente uma solução que contemple as demandas dos servidores.





* Hoje, dia 30/1, acontecerá último encontro das entidades.

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DO EMPREGO E DIREITOS DOS TRABALHADORES

O Sinal-SP, representado pelos conselheiros Aparecido Sales, Natalino Sakamuta, Patrícia Alvim, Paulo Lino e Semiramis Wizentier, participou de ato conjunto das centrais sindicais na quarta-feira, dia 28/1, no vão do Museu de Arte de São Paulo – MASP.

A manifestação, que ocorreu em várias cidades, teve por objetivo protestar contra as recentes medidas provisórias que, por conta de ajuste fiscal, retiram direitos do trabalhador, além de criticar o plano político-econômico do atual governo e as providências tomadas no caso de corrupção envolvendo a Petrobrás.

O ato passou também em frente ao prédio da estatal petrolífera.



SAIU NA IMPRENSA

Governo prepara ampla reunião para negociar com centrais

sindicais

28/1/15

Na defensiva com as manifestações das centrais sindicais, o governo federal prepara uma ampla reunião para negociar com os sindicalistas uma saída política para obter apoio às medidas de aperto nas concessões de benefícios sociais, como seguro-desemprego e abono salarial.

O encontro será na sede do Banco do Brasil, em São Paulo, na próxima terça-feira. Ao menos quatro ministros devem estar presentes. O governo quer sair da reunião com acordos pontuais e uma decisão de encaminhamento do pacote no Congresso.

Presidentes e diretores das centrais vão debater o tema com os ministros Nelson Barbosa (Planejamento), Carlos Gabas (Previdência), Manoel Dias (Trabalho) e Miguel Rossetto (Secretaria Geral da Presidência).

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, não participará diretamente das negociações. Mas o ministério já definiu compensar as alterações na previsão de redução das despesas em eventuais concessões aos sindicalistas com um contingenciamento maior de gastos do Orçamento deste ano.

O governo anunciou um pacote de aperto nos benefícios mais rigoroso do que inicialmente preparado pela equipe econômica de Guido Mantega, apurou o jornal O Estado de S. Paulo. Esse cálculo já antecipava alguma concessão aos representantes dos trabalhadores por pressão no Congresso.

Ao ceder de um nível mais alto, o governo ainda assim terminaria com um pacote de medidas mais duras do que as regras atuais. No pacote, o governo aumentou de 6 para 18 meses a carência para o primeiro pedido de seguro-desemprego, e de 6 para 12 meses no segundo.

As centrais querem reduzir o prazo da primeira solicitação a 12 meses e manter em seis meses no segundo pedido. O governo aceita negociar, mas apresentará uma proposta intermediária para o primeiro pedido, de 14 meses.

Fonte: [Jornal de Brasília](#) / Estadão Conteúdo

[[[]]]

Fim da contribuição de inativos aguarda acordo para entrar na pauta da Câmara

26/1/15

Proposta, que está pronta para ser votada pelo Plenário desde 2010, enfrenta resistência do governo por envolver perda de arrecadação.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [555/06](#), que acaba com

a contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados, já foi alvo de mais de 600 requerimentos de deputados pedindo sua inclusão na pauta de votações do Plenário da Câmara dos Deputados.

Apesar de ter sido **aprovada** por uma comissão especial em agosto de 2010, a PEC é vista como "pauta bomba" por envolver perda de arrecadação para o governo federal e nunca chegou à Ordem do Dia do Plenário – período da sessão em que ocorrem as votações.

O texto aprovado na comissão especial, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), propõe não o fim imediato da contribuição dos inativos, como prevê o texto original da PEC 555, mas, sim, sua redução gradual. "Queríamos acabar com a cobrança dos inativos logo após a aposentadoria, mas, como sabemos que a área econômica do governo é radicalmente contra a extinção, propusemos o fim gradual", explica Faria de Sá.



A proposta acolhida pela comissão determina que a contribuição dos inativos terá o seu valor reduzido em 20% a cada ano após o titular do benefício completar 61 anos, deixando de ser cobrada quando o aposentado completar 65 anos. "Quem já está aposentado vai pagar a previdência para quê? Vai receber outra aposentadoria? Não. Então não existe lógica em ter a contribuição do aposentado para Previdência Social", completa o parlamentar.

O texto de Faria de Sá se sobrepôs na comissão especial ao parecer do antigo relator, deputado Luiz Alberto (PT-BA), que propunha a isenção total somente aos 70 anos, com a redução anual da contribuição em 10% também a partir dos 61 anos.

Negociação

Embora tenha tido o relatório rejeitado, Luiz Alberto acredita que sua proposta é a que mais tem chances de acordo com o Executivo para aprovação. "Na conjuntura econômica atual, fica difícil encaminhar mesmo a minha proposta. Mas ainda acho que pode haver chance de negociação a partir do meu relatório", diz Luiz Alberto.

Atualmente, a contribuição previdenciária de aposentadorias e pensões do serviço público é de 11% sobre a parcela que ultrapassa o teto previdenciário do INSS, hoje fixado em R\$ 4.390,24.

O fim da contribuição de inativos atingiria todos os aposentados e

pensionistas do serviço público, em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#)

REDE CONVENIADA DE DESCONTOS

Leve sempre consigo a carteirinha do SINAL para desfrutar dos descontos oferecidos pelas empresas conveniadas.

[Fesp SP](#) e [Ótica Dax](#) estão entre as várias opções de convênio disponíveis para você.

Para consultar a lista completa dos convênios, clique [aqui](#).

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)